

O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)



O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 O serviço social e a superação das desigualdades sociais 2 /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-665-2

DOI 10.22533/at.ed.652201512

1. Serviço Social. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de
(Organizadora). II. Título.

CDD 361.3

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, o volume 2 do livro “O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais” dá continuidade a discussão acerca do Serviço Social e políticas públicas. E neste volume ainda são expostas três experiências internacionais. Ao todo são 21 artigos, que apresentam diferentes objetos, análises críticas e abordagens metodológicas.

Novamente optamos por dividir os artigos em eixos centrais. O primeiro eixo versa sobre “questão social”, trabalho, formação profissional, pesquisa e extensão em Serviço Social. Já o segundo eixo identifica estudos de diferentes áreas da Política Pública de Saúde; é um eixo plural e contempla diferentes lócus e espaços socioocupacionais. Aborda aspectos relacionados à saúde pública e efetivação dos direitos, dos usuários com doenças graves e respectivos acompanhamentos na alta complexidade, violência contra mulheres e ainda expõe a vivência do processo de trabalho junto à população surda.

O terceiro eixo trata-se da Política Pública Assistência Social. Os autores trabalham aspectos inerentes a atual conjuntura brasileira e analisam experiências locais. As contribuições tratam da política pública diante da política da austeridade, sobre o sofrimento dos profissionais no âmbito do SUAS, da participação da sociedade civil (inclusive trabalhando narrativa das mulheres negras acompanhadas por um CRAS), e finalizando, a discussão deste eixo, há um estudo sobre o reordenamento das entidades socioassistenciais na relação público x privado.

No quarto eixo é possível localizar a perspectiva da contrarreforma do Estado e a política de Educação no Brasil, sobre a institucionalização dos adolescentes e sobre o sistema prisional no Brasil, mas precisamente a efetividade das políticas educacionais. O quinto, e último eixo, apresenta a experiência internacional do Serviço Social, ou também conhecido e abordado nos países da América Latina, como: Trabalho Social ou “Trabajo Social”. A discussão apresenta elementos sobre a formação profissional, a atualização curricular e sobre o processo de intervenção profissional.

Como foi possível perceber esta coletânea realiza uma discussão plural e contemporânea. Com isso, torna-se uma leitura essencial, que visa contribuir ao alunado e aos profissionais que compõe o Serviço Social. Meus caros, como apontado no primeiro volume deste livro, estamos vivendo em tempos adversos, que tem refletido no desenvolvimento do processo de trabalho do Assistente Social e no desenvolvimento das políticas públicas brasileiras. Logo, proporcionar a visibilidade dessa discussão ratifica a importância de caminharmos para a efetivação das garantias legais já alcançadas - sem retroceder, bem como no desenvolvimento de outras.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE	
Dayane Karoline Souza de Almeida	
Ellen Kelly Ferreira	
Ingrid Gomes de Araújo	
Marcela da Silva Alves Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.6522015121	
CAPÍTULO 2	6
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, SIGNIFICADO SOCIAL E IDEOPOLÍTICO	
Caroline Ramos do Carmo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6522015122	
CAPÍTULO 3	19
FORMAÇÃO E TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS E ÉTICO-POLÍTICOS	
Verônica Gonçalves Azeredo	
Pollyanna de Souza Carvalho	
Letícia Machado de Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.6522015123	
CAPÍTULO 4	31
O CIPÓSS E AS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB: QUADRIÊNIO 2017-2020	
Heleni Duarte Dantas de Ávila	
Jucileide Ferreira do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6522015124	
CAPÍTULO 5	42
SERVIÇO SOCIAL E A MULTIPROFISSIONALIDADE NA ALTA COMPLEXIDADE: DESVENDANDO CAMINHOS DE GARANTIA A INTEGRALIDADE E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS	
Amanda Caroline da Fé Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6522015125	
CAPÍTULO 6	52
A POLÍTICA ASSISTENCIAL EM SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO DOS PACIENTES COM INDICAÇÃO AO TRANSPLANTE	
Josiane da Costa Sena	
DOI 10.22533/at.ed.6522015126	

CAPÍTULO 7	64
COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS	
Aline Baptista Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.6522015127	
CAPÍTULO 8	76
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: A REALIDADE DE IDOSAS DO SUL DA ILHA FLORIANÓPOLIS/SC	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
Maria Regina de Avila Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.6522015128	
CAPÍTULO 9	89
ATENÇÃO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO SURDA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Xênia Maria Tamborena Barros	
Luiz Fernando Calage Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.6522015129	
CAPÍTULO 10	97
VOCÊ CONSEGUE ESCUTAR O SILÊNCIO? ATENDIMENTO AO PACIENTE SURDO NO ÂMBITO HOSPITALAR E O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO	
Geneviève Lopes Pedebos	
Xenia Maria Tamborena Barros	
DOI 10.22533/at.ed.65220151210	
CAPÍTULO 11	104
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE AUSTERIDADE: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	
Ariane Rego de Paiva	
João Vitor Bitencourt	
Ana Gabriela de Paiva Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.65220151211	
CAPÍTULO 12	120
O SOFRIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS MODALIDADES DE PESQUISA: PESQUISA TEÓRICA	
Regina Celia de Souza Beretta	
Thércius Oliveira Tasso	
DOI 10.22533/at.ed.65220151212	
CAPÍTULO 13	130
SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Fabiana Luiza Negri	
DOI 10.22533/at.ed.65220151213	

CAPÍTULO 14.....	142
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA-CE: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS USUÁRIAS DE CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Graziela de Oliveira Almeida Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.65220151214	
CAPÍTULO 15.....	156
O REORDENAMENTO DAS ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS NA RELAÇÃO PÚBLICO X PRIVADO, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.65220151215	
CAPÍTULO 16.....	167
UMA ANÁLISE DAS INTERCONEXÕES ENTRE A CONTRARREFORMA DO ESTADO E DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Raquel Cristina Lucas Mota	
DOI 10.22533/at.ed.65220151216	
CAPÍTULO 17.....	179
PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRAACIONAL E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE	
Ana Camila Ribeiro de Paula Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.65220151217	
CAPÍTULO 18.....	194
A IMPLEMENTAÇÃO E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	
Roberta Gomes Leite Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.65220151218	
CAPÍTULO 19.....	209
ACREDITACIÓN DE CARRERAS: OPORTUNIDAD PARA LA ACTUALIZACIÓN CURRICULAR Y MEJORA CONTINUA DE LA FORMACIÓN EN TRABAJO SOCIAL	
Paula Leiva Sandova	
DOI 10.22533/at.ed.65220151219	
CAPÍTULO 20.....	220
LA EDUCACIÓN DESCOLONIZADORA, COMUNITARIA Y PRODUCTIVA PARA LA FORMACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL	
Natalia Rosario Aranibar Escarcha	
DOI 10.22533/at.ed.65220151220	

CAPÍTULO 21.....	232
TALLER REFLEXIVO SOBRE FOTOINTERVENCIÓN. UNA TÉCNICA DE INVESTIGACIÓN SOCIAL CRÍTICA	
María Rocío Menanteux Suazo	
DOI 10.22533/at.ed.65220151221	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	240
ÍNDICE REMISSIVO.....	241

CAPÍTULO 16

UMA ANÁLISE DAS INTERCONEXÕES ENTRE A CONTRARREFORMA DO ESTADO E DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 19/10/2020

Raquel Cristina Lucas Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri. Teófilo Otoni-MG
<http://lattes.cnpq.br/3195133365600672>.
<https://orcid.org/0000-0003-1543-4306>.

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de investigação e análise o debate das interconexões entre a contrarreforma do Estado Brasileiro e da contrarreforma do sistema educacional, e, conseqüentemente, da política de educação no Brasil. Para a exposição deste capítulo, apresentamos de forma sumária: a relação trabalho-educação na sociedade capitalista; a formação sócio-histórica do Brasil; o trabalho na reestruturação do capital e a contrarreforma do Estado e da educação no país.

PALAVRAS - CHAVE: Trabalho; Contrarreforma; Estado; Educação; Brasil.

AN ANALYSIS OF THE INTERCONNECTIONS BETWEEN THE STATE CONTRARREFORM AND EDUCATION POLICY IN BRAZIL

ABSTRACT: The present work has as object of investigation and analysis the debate of the interconnections between the counter-reform of the Brazilian State and the counter-reform of the

educational system, and, consequently, of the education policy in Brazil. For the presentation of this chapter, we briefly present: the work-education relationship in capitalist society; the socio-historical formation of Brazil; work on capital restructuring and the counter-reform of the State and education in the country.

KEYWORDS: Job; Counter Reformation; State; Education; Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa¹ inicia-se com o debate sobre a relação entre trabalho e educação na sociedade capitalista, em busca de compreender as dimensões ontológica e histórica do trabalho e de como, a partir do trabalho, os sujeitos desenvolvem sua capacidade educativa no decorrer do desenvolvimento histórico da sociedade, com trabalhadores tendo conhecimentos dos mais diversos e com formação de mão de obra diferenciada para o capital – formação propedêutica e formação para execução de atividades.

No caso do Brasil tem-se que considerar a particularidade da formação sócio-histórica do país, a qual se constituiu de forma subalterna e dependente, o que corroborou desde o início para o desenvolvimento dual de mão de obra: de um lado, com formação propedêutica e totalizante para alguns sujeitos, e, de outro, uma formação mais tecnicada, com caráter mais

¹ As reflexões aqui apresentadas constituem parte dos debates da tese de doutoramento da autora.

instrumental e voltado para a execução de tarefas para outros.

Analisa-se também o desenvolvimento histórico dos paradigmas produtivos do capital, que culminaram na reestruturação produtiva no Brasil, e o papel do Estado nesse contexto e, conseqüentemente, sobre a mão de obra, que passa a ter que buscar responder às novas exigências de qualificação profissional dentro desse novo contexto: do neoliberalismo, contrarreforma do Estado, contrarreforma da educação, aumento do desemprego estrutural e da mundialização do capital. Adotou-se como procedimentos metodológicos a revisão de literaturas sobre os assuntos tratados neste trabalho, a partir de autores consagrados no âmbito acadêmico, além de pesquisa documental, tais como: legislações e pareceres sobre a constituição histórica da educação no Brasil.

2 I A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Neste item vai-se destacar de maneira breve, algumas das profundas alterações no desenvolvimento da sociedade capitalista, com ênfase na questão do trabalho. Busca apanhar os principais exames sobre seu desenvolvimento na sociedade capitalista, tanto do ponto de vista ontológico quanto histórico, destacando a contradição do trabalho, ao se apresentar enquanto pôr teleológico e, ao mesmo tempo, enquanto atividade alienada. São realizadas, ainda, sucintamente, aproximações ao debate da relação entre trabalho e educação. A realização desse debate se faz necessária para compreendermos algumas das principais determinações e mudanças estruturais ensejadas no mundo, que vão incidir na dinâmica histórica, sociopolítica e econômica da sociedade, para, a partir desse estudo mais geral, procurar entender e explicitar como essas mudanças se particularizam na realidade brasileira.

A exposição inicial, nesse item, requer uma breve, porém necessária, remissão a alguns dos principais fundamentos para entendimento do trabalho como categoria central na obra marxiana e, como é possível apreender, a partir desse introdutório debate, suas determinações no capitalismo contemporâneo. Assim, o trabalho é apresentado enquanto categoria central, a partir da qual se estrutura o modo de ser dos homens e se gesta o processo educativo e de aprendizagem na sociedade, procurando estabelecer os elos entre trabalho e educação.

A organização do sistema educacional está diretamente vinculada à forma como está organizada a produção na sociedade. Assim, para se pensar a educação nos dias atuais de “crise estrutural do capital”, conforme Mandel (1985) e Mészáros (2011) – ainda que com diferença entre eles –, torna-se necessária uma reflexão sobre o trabalho e suas novas configurações na sociedade contemporânea. Tendo em vista as renovadas exigências do processo de produção, o sistema educacional é utilizado para formar um tipo de trabalhador a elas adequado, tanto no sentido dos conhecimentos técnicos apropriados, quanto das características cognitivas necessárias para a permanência das relações estruturais do

modo de produção.

Sendo assim, compreendendo que o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento das formas de organização da educação, apresenta-se como essencial o debate da categoria trabalho. De acordo com Marx (2011), o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, em que o homem, através de sua ação, transforma matérias naturais em produtos para atender às suas necessidades. E ao operar sobre a natureza externa a ele, transforma a si mesmo.

Nesse processo, diferentemente dos animais que, realizam atividades para atender às suas necessidades de sobrevivência de forma meramente instintiva, a atividade do homem é direcionada a um fim. Segundo Marx (2011, p. 211-212):

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

Dessa forma, o trabalho é, para Marx (2011), uma atividade consciente e, portanto, uma forma exclusivamente humana. Somente o homem tem a capacidade de agir teleologicamente, ou seja, projetar em sua consciência a finalidade de sua ação. O modo de produção capitalista, tendo como fundamento a mercadoria, revolucionou as técnicas de produção e engendrou novas relações sociais, centradas na cidade e na indústria, trazendo consigo a exigência da generalização da escola a toda sociedade. De acordo com Marx (2011, p.57), “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em „imensa acumulação de mercadorias“, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza”.

Ou seja, para Marx (2011), a mercadoria, na forma assumida pelos produtos e pela própria força de trabalho, se constitui como o fundamento do modo de produção capitalista, possuindo valor-de-uso e valor-de-troca. Por um lado, a mercadoria satisfaz necessidades humanas, servindo como meio de subsistência ou como meio de produção. Por outro, é produzida com o objetivo de obtenção de lucros nas relações de troca no mercado, ainda que a produção do valor se dê no âmbito da produção *stricto sensu*. É importante assinalar que, a partir da mercadoria, Marx (2011) define a unidade entre o valor-de-uso e o valor-de-troca como uma forma de expressão do “duplo caráter” do trabalho: o trabalho concreto e o trabalho abstrato.

O trabalho concreto é um trabalho útil, que cria valores-de-uso necessários à existência humana. Já o trabalho abstrato, nos termos de Marx (2011), é a substância do valor na sociedade capitalista; corresponde ao trabalho indiferenciado a partir do qual é feito o cálculo do valor de troca das mercadorias. Na sociedade capitalista, as habilidades específicas dos produtores individuais não são consideradas para a determinação do valor das mercadorias, mas sim a força social média, ou seja, o trabalho executado “[...]”

nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade”, denominado, por Marx (2011), de “trabalho socialmente necessário”.

Por outro lado, nessa forma de trabalho abstrato, o trabalhador se torna, ele próprio, uma fonte potencializada de autoexploração, à medida que seu salário depende da quantidade de mercadorias produzidas por unidade de tempo, bem como do resultado das vendas dos produtos-mercadorias. Os trabalhadores, agora, transformados em supostos proprietários e aparentemente parceiros de seus antigos patrões, têm “na sua própria autoexploração, na da sua família e de outros trabalhadores desempregados, a principal fonte de produção de valor” (MOTA; AMARAL, 1998, p. 36).

A história dos homens concretos é condição primordial para a apreensão das particularidades da formação do homem como sujeito, na medida em que este é também um ser social, determinado historicamente, ocupando um lugar específico no âmbito das relações sociais nas quais está inserido, construindo sua própria história pela sua singularidade ao se relacionar com o mundo transformando-o e, ao mesmo tempo, transformando a si mesmo. Ou seja, é a partir do trabalho que o homem proporciona não só o desenvolvimento das forças produtivas, mas também o seu próprio, estando toda a sociabilidade humana relacionada à produção e reprodução das relações sociais de produção.

3 | FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL, O TRABALHO NA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E A CONTRARREFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO

A proposta desse item consiste em recuperar os principais traços constitutivos da formação sócio-histórica do Brasil para, a partir daí, analisar como o trabalho vem se desenvolvendo no Brasil no contexto da reestruturação produtiva e seus impactos no mercado de trabalho brasileiro. Será realizada uma breve reflexão das principais características que conformam a contrarreforma do Estado, no país, a partir dos anos 1990, e se conclui o capítulo com o enfoque deste mesmo processo de contrarreforma no âmbito da educação, no Brasil, a partir dos anos 1990.

Não podemos desconsiderar a herança histórica dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais relacionados à particularidade da formação sócio-histórica do país. E isso supõe tanto a forma de inserção mais recente do Brasil na ordem capitalista mundial, passiva e subordinada econômica e ideologicamente aos centros avançados do capitalismo, quanto a conformação de um mercado de trabalho urbano – marcado pelos problemas de absorção da força de trabalho –, na particularidade histórica do processo de constituição, desenvolvimento e sedimentação do capitalismo no país. Considera-se que estes são elementos centrais para elucidar o leque de impasses e tensões da formação social brasileira.

Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro não se efetivou seguindo a chamada “via clássica”, caminho engendrado pela formação social europeia clássica, a exemplo da França, na qual o capitalismo se implantou através de uma revolução “jacobina”, destruindo as relações econômicas e políticas do feudalismo e, em seu lugar, fazendo emergir relações sociais tipicamente capitalistas. Coutinho (1999, p.199) observa, nesse sentido, que não seria difícil documentar também nas principais transformações pelo “alto” que ocorreram no Brasil a presença dos dois momentos apontados por Gramsci: como reações a movimentos populares, reais ou potenciais, as classes dominantes empenharam-se em “restaurações” que, em última instância, produziram importantes modificações na composição das classes e prepararam o caminho para novas transformações reais.

O autor traz como exemplo a ditadura de Vargas, em 1937, e continua apresentando argumentações sobre os embates cíclicos entre a elite brasileira e a classe trabalhadora.

Naquele período, o movimento operário lutava pela conquista de direitos políticos e sociais, enquanto as camadas médias urbanas emergentes exigiam uma maior participação política nos aparelhos de poder. Essas pressões „de baixo” (que não raramente assumiam a forma de um „subversivismo esporádico, elementar, desorganizado”) fizeram com que um setor da oligarquia agrária dominante, o setor mais ligado à produção para o mercado interno, se colocasse à frente da chamada Revolução de 1930. O triunfo dessa Revolução levou à formação de um novo bloco de poder, no qual a fração oligárquica ligada à agricultura de exportação foi colocada numa posição subalterna, ao mesmo tempo em que se buscava cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes). Mas o caráter elitista desse novo bloco de poder fazia com que os setores populares permanecessem marginalizados (COUTINHO, 1999,p. 199-200).

Os estudos de Florestan Fernandes sobre a formação sócio-histórica e econômica do Brasil compreendem dois eixos teóricos analíticos fundamentais: o conceito de desenvolvimento desigual e combinado para a compreensão da construção do capitalismo dependente no Brasil. Este conceito de desenvolvimento desigual e combinado contribuirá também para o entendimento da atual configuração do imperialismo, ao se perceber que tal desenvolvimento se remonta sob novas bases, de modo que se compreenda, que, este modelo de desenvolvimento interfere no processo de reformulação do Estado Brasileiro, que ocorre desde os anos 1990, processo este articulado às políticas elaboradas e difundidas pelos organismos internacionais, para o capitalismo periférico, a exemplo do Brasil.

O autor aborda também a luta de classes em fases específicas da acumulação capitalista no Brasil, possibilitando compreender como o desenvolvimento do capital monopolista modifica a “sociedade de classes”, de modo a se perceber como, neste estágio, busca associar a acumulação do capital com a concentração e centralização da riqueza socialmente produzida, além de se estratificar a sociedade que

só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo [...] a „sociedade de classes“ possui uma estratificação típica, na qual a situação econômica regula o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes estratos sociais, condicionando assim, direta ou indiretamente, tanto os processos de concentração social da riqueza, do prestígio social e do poder (inclusive do poder político institucional, portanto, do poder de monopolizar o controle do Estado e de suas funções), quanto os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudança sociais (FERNANDES, 1975, p. 33-34).

Salienta-se aqui, a questão da luta de classes, que está interconectada com a análise acerca da consolidação do capitalismo no Brasil, com base em um duplo movimento: o de apreensão dos condicionantes “externos” que demarcam a caracterização hierárquica entre os países centrais e periféricos no modo de produção capitalista e, concomitantemente, o papel central que a burguesia brasileira e a institucionalidade sindical e partidária dos trabalhadores assumem e vêm assumindo, visando o aprofundamento da subordinação do Brasil à ordem do capital.

Percebe-se que a articulação do debate teórico, qual seja: o imperialismo e o capitalismo dependente, colabora com novas reflexões sobre se fazer necessária a superação da dependência, que é constitutiva da construção histórica do Brasil, e, como consequência, apresenta, em outra possibilidade de análise, o debate sobre a construção de uma via revolucionária, cuja prospectiva política e societária seja a de romper com a forma de sociabilidade burguesa.

O texto de Florestan Fernandes situa a análise do capitalismo dependente, do desenvolvimento e da contrarrevolução burguesa, destacados em sua obra. Utiliza-se deste acervo teórico, que traz luz às suas análises sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e sua organização nos anos do neoliberalismo, identificados, pelo autor, como expressões da contrarrevolução burguesa na contemporaneidade, ou seja, da “contra-revolução preventiva em escala mundial” (1987, p.43).

Fernandes destaca, ainda, que as crises cíclicas do capitalismo são manifestações de uma contradição medular deste sistema, o que nos mostra que a contrarrevolução, é compreendida como um conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pela burguesia, com o intuito de garantir a reprodução do seu projeto burguês, o qual se constitui em um projeto permanente, que em determinados momentos se efetiva em práticas repressivas e autoritárias, e, em outros momentos, se manifesta de maneira metamorfoseada e reciclada, mediante a defesa de projetos de democracia restritiva, conforme os diferentes momentos históricos da luta de classes. A “contra-revolução preventiva em escala mundial” vem se configurando como uma possibilidade e como consequência da “revolução das técnicas

contra-revolucionárias” (1980, p. 84), empreendida pela burguesia para enfrentar suas crises – as quais constituem uma contradição insolúvel – de modo a obter da sociedade, a aceitação do *modus operandi* da sociabilidade burguesa.

A organização do sistema educacional está diretamente vinculada à forma como está organizada a produção na sociedade. Assim, para se pensar a educação nos tempos atuais de crise estrutural do capital, torna-se necessária uma reflexão sobre o trabalho e suas novas configurações na sociedade contemporânea. Isto é, as transformações recentes no mundo do trabalho, que vêm demandando da educação a formação de um novo tipo de trabalhador, adequado às novas exigências do estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, podem ser entendidas a partir de uma reconstituição histórica da crise do sistema taylorista/fordista² de organização do trabalho.

É importante destacar que, segundo Antunes, essa forma toyotista de organização da produção é resultado da articulação das novas formas de gestão da força de trabalho com a introdução das tecnologias de automação flexível à produção, implementadas pelo capital com o objetivo de reverter a queda nas taxas de lucro no contexto de crise. Conforme observa (2009, p. 54– grifos no original):

é possível dizer que o padrão de *acumulação flexível* articula um conjunto de elementos de *continuidade* e de *descontinuidade* que acabam por conformar algo *relativamente* distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada de computadores no processo produtivo e de serviços.

Percebe-se que os trabalhadores perdem seus postos de trabalho com o consequente aumento do desemprego. E, ainda, significa que utilizar-se-ão de discursos cuja argumentação é de que para que os trabalhadores não percam seus postos de trabalho e se encaixem nos padrões de “empregabilidade”, há a necessidade de uma permanente busca pela qualificação profissional, visando a formação de sujeitos com capacidade de responder às necessidades do mercado de trabalho no país.

A formação para atender os ditos padrões para se inserir no mercado de trabalho, vem priorizando uma qualificação técnico-executora e burocrática, ainda que a mesma esteja sob o véu dos discursos oficiais e recomendações dos organismos internacionais de que a formação deve ser uma educação profissional e tecnológica, com vistas a formar sujeitos em condições de igualdade para disputarem quaisquer postos de trabalho, ou seja, os trabalhadores formados estariam em iguais condições de competirem por uma vaga no mercado de trabalho no Brasil, o que a nosso ver, é uma falácia, já que os trabalhadores formados com qualificação mais tecnicista, carecem de uma formação propedéutica.

² O taylorismo-fordismo se refere ao “padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril” (ANTUNES, 1999, p. 19).

No contexto de crise e de mundialização do capital, o Brasil, a partir da década de 1990, passa então a implementar programas de ajuste estrutural e de estabilização econômica para adequar o país à nova ordem econômica. Seguindo as recomendações do Consenso de Washington, o qual ocorreu em 1989, na cidade de mesmo nome, quando os organismos financeiros internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – reuniram-se a fim de avaliar as “reformas” econômicas em curso na América Latina. Segundo Behring (2008), previa a liberalização financeira e comercial; a desregulação de mercados; a privatização de empresas estatais; a redução de gastos público-estatais; entre outras “reformas”, postas como o passaporte para a inserção dos países na dinâmica capitalista internacional.

Como indica Behring (2008, p. 175), para Bresser Pereira, aos ciclos econômicos correspondem ciclos de intervenção do Estado: após o Estado mínimo, o Estado social-burocrático e o neoliberal, “[...] a pressão seria na direção de uma espécie de Estado intermediário – nem liberal, nem intervencionista –, denominado por ele, de Estado Social-Liberal.

Ainda segundo a autora, o processo de contrarreforma do Estado representou uma escolha político-econômica, “[...] a versão brasileira de uma estratégia de inserção passiva e a qualquer custo na dinâmica internacional”. (2008, p. 198). Para a autora, os ajustes e “reformas” processadas no Brasil se deram mediados pela inserção subalterna do país ao sistema capitalista mundial.

Desse modo, o Brasil foi marcado pela adoção de uma série de ajustes e contrarreformas pelo Estado no sentido da superação da crise capitalista, num contexto no qual assistiu-se a reformulações no cenário educacional brasileiro³, conformando-o para atender às requisições do mercado e aos interesses de manutenção de hegemonia do capital.

A subordinação às propostas, concepções e diretrizes dos organismos internacionais são escolhas políticas e econômicas⁴ dos burgueses das diversas formações sócio-históricas e econômicas dos países dependentes, no caso aqui específico, o Brasil. É um processo articulado e de pressão realizado pelos países centrais, pelos organismos internacionais, para se conseguir a permanente expropriação dos excedentes econômicos produzidos nos países periféricos, em articulação com a manutenção dos interesses políticos e econômicos daqueles que detêm o poder em cada Estado. Mas há que se considerar que esse processo perverso de dominação não subtrai os conflitos de interesses específicos

3 Conforme destaca Guerra (2010, p. 726), na lógica do Estado neoliberal, o sistema educacional brasileiro passa a ser orientado segundo a racionalidade do mercado, o princípio da eficiência, numa perspectiva gerencial, valorizando-se “o quanto se produz, em quanto tempo e qual o custo do que é produzido”, de acordo com as metas dos organismos internacionais.

4 Segundo Lima (2005, p.93), através destas políticas é que o bloco dos países capitalistas centrais reorganiza o mundo para garantir a difusão do projeto burguês de sociabilidade, combatendo a influência do comunismo no cenário da Guerra Fria. Assim, “o fim da Segunda Grande Guerra delimita o início de uma nova era na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem fortes movimentos socialistas ascendentes” (FERNANDES, 1981, p. 253).

dos sujeitos burgueses com inserções distintas na sociedade.

Tem-se os inúmeros jargões de que um país com educação é um país nos trilhos do desenvolvimento, dentre tantos outros que vimos sendo difundidos. O Estado Brasileiro utiliza-se da educação como uma estratégia de disseminar a ideia de que um país que tem uma Política de Educação consolidada, possui potencialidades de superar as desigualdades histórico-sociais e econômicas, numa nítida construção de um ideário que se propõe a colocar a Política de Educação, desenvolvida pelo Brasil, como uma “tábua de salvação” para problemas que são estruturais do *modus operandi* do capital.

Ou seja, quanto a educação, o grande gargalo continuou sendo o embate entre os que defendiam um projeto de educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, não importando qual seria a origem socioeconômica, étnica, racial etc. Por outro lado, havia aqueles que eram a favor da subordinação dos direitos sociais em geral e, particularmente, da educação, ao desenvolvimento de uma prestação de serviços por diversas instituições públicas não estatais – leia-se privadas –, sob a argumentação da necessidade de diminuir gastos, já que o Estado é muito onerado com gastos em educação e, ainda, não presta serviços com eficiência, eficácia e efetividade – trinômio do gerencialismo na Administração Pública. Percebe-se aqui a satanização do que é desenvolvido no âmbito público e apologia ao mercado/privado, em todos os níveis da educação.

No contexto do neoliberalismo e complexificação do capitalismo contemporâneo, a defesa e implementação do projeto da formação integral foi e continua a ser permanentemente atacado, em uma nítida desqualificação da educação pública em benefício da educação privada.

É necessário fazer aqui a crítica à lógica privatista e mercantilizada que transferiu grande parte do patrimônio público nacional à iniciativa privada a baixos custos; todavia, deve ser acrescentado o reconhecimento da extrema sintonia que a contrarreforma da Educação tem, no que se refere aos pressupostos da lógica neoliberal que neles investiu. Desse modo, ao se pensar na perspectiva de favorecimento do mercado e de desprivilegiamento da Educação, enquanto uma política que busca uma formação propedéutica, totalizante, gratuita, laica e socialmente referenciada, o mercado, em conjunto e com o apoio do Estado Brasileiro, é que obteve êxito em suas propostas.

Foi-se percebendo uma diminuição do orçamento público junto às instituições federais de Educação. E, ao final desse período, conforme a lógica da contrarreforma avançou e continua a avançar de maneira cada vez mais perversas, as instituições educacionais deveriam estar prontas para buscar, por conta própria, conseguir pelo menos parte de seus recursos para funcionarem, mediante prestação de serviços de educação para a sociedade.

Destaca-se aqui uma tensão permanente: a Legislação Educacional no Brasil tem a preocupação com a formação de sujeitos capazes de analisar a realidade na qual estão inseridos, nos aspectos econômico, político, social e/ou cultural, visando realizar trabalhos

com comprometimento ético, de maneira competente, em busca de contribuir com a transformação da sociedade, haja vista que a proposta da formação é totalizante. Essa compreensão de educação não consiste, porém, na realidade dos estudantes do nosso país, seja por falta de divulgação, ou, de modo mais severo, por não termos uma estrutura consolidada no que se refere aos recursos financeiros, físicos, materiais e humanos. Ainda se perpetua, em nossa sociedade, a ideia dos filhos de pais que podem pagar pela Educação Básica virem a realizá-la em instituições privadas, objetivando que seus filhos venham a ter acesso a universidades públicas de renome e consolidadas no Brasil. Ou seja, adota-se a postura em que se coloca a entrada em uma universidade pública como prioritária, em detrimento de uma formação integral para todos.

A Política de Educação no Brasil nos leva a perceber as ambiguidades e/ou redações que permitem compreensões diversas com relação à Política de Educação no Brasil, no conjunto dos seus diversos pareceres, resoluções e também, na LDB⁵. A prospecção é buscar um novo status no que se refere a pensar e implementar a educação como uma política de caráter formativo humano e integral. Isto é, que sejam formadas pessoas com conhecimento acerca da cidadania; que haja o reconhecimento de que o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura são elementos indissociáveis da formação humana integral; que a produção do conhecimento deve fazer parte do processo formativo desses sujeitos, incluindo-se a pesquisa como princípio pedagógico; e que o trabalho e a educação devem ser entendidos em uma visão prospectiva de princípio educativo.

4 | CONCLUSÃO

O que se depreendeu dessa pesquisa é que o Brasil ainda mantém, na implementação da LDB, a dualidade na formação dos sujeitos inseridos nas diferentes escolas, desde a educação básica, até o ensino superior. Se percebe uma dualidade no sistema educacional brasileiro, que de um lado, busca desenvolver uma formação mais generalista e totalizante, e por outro lado, há uma formação mais tecnicista e voltada para execução de determinadas atividades, junto às instituições educacionais do país. Além disso, foi possível perceber, ainda, uma maior estratificação de modalidades de cursos a serem ofertados para populações que, historicamente, foram discriminadas e ceifadas do direito de ter acesso à educação. Com a LDB, tais segmentos populacionais podem estar inseridos na escola, porém, em cursos simplificadores e voltados para uma formação aligeirada e que os afastam da possibilidade de terem acesso à formação humana integral.

O que fica claro neste processo histórico-social implementado pelo Brasil desde os anos de 1990, é que há em curso e de maneira cada vez mais complexificada, uma contrarreforma do estado brasileiro, e esta tem uma substantiva aproximação com a 5 Lei que “Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 13 abr. 2016.

contrarreforma educacional, também em curso no Brasil, com maior ênfase, após os anos 2000.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: CFESS/ ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CFESS/ABEPSS/ CEAD-UNB, 1999, p. 17-31.

Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, E.R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 maio 2014.

Casa Civil. Lei nº 11.741/08. Altera dispositivos da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 jul. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 25 abr.2016.

COUTINHO, C.N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Brasil, em compasso de espera: pequenos escritos políticos. São Paulo: Hucitec, 1980.

Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

LIMA, K. R. de S. **Reforma da Educação Superior nos anos de contra- revolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva. 2005. 426f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2005.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **O capital**: *crítica da economia política*. Livro I, v. 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, A.E.; AMARAL, A. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A.E. **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. SP: Cortez, 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acreditação 12, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

Adolescentes 9, 12, 69, 107, 108, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196

Assistência Social 9, 11, 12, 12, 34, 35, 36, 40, 41, 47, 67, 72, 77, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 182, 185, 186, 198, 240

Ato infracional 12, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

C

Calidad 209, 210, 212, 215, 217, 218, 219, 226

Cidadania 27, 31, 32, 40, 55, 107, 117, 123, 140, 144, 157, 158, 162, 176, 182, 195, 196, 200, 201, 206

Comunicação 11, 35, 36, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 89, 90, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

Conselhos 11, 9, 22, 130, 131, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 162, 165, 181, 187, 196

Controle Social 24, 55, 69, 71, 73, 74, 77, 106, 116, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 156, 162, 163, 165, 181, 187, 192

Cuidado 23, 26, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 63, 65, 66, 70, 71, 73, 74, 89, 93, 94, 98, 100, 101, 102, 127, 184, 240

D

Desafios 10, 11, 5, 6, 7, 10, 14, 16, 18, 29, 36, 39, 41, 42, 78, 88, 97, 100, 101, 104, 106, 109, 112, 113, 118, 121, 128, 137, 140, 148, 153, 166, 177, 185, 206

Direitos 9, 10, 1, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 15, 17, 18, 21, 25, 27, 28, 34, 36, 40, 42, 45, 46, 47, 49, 54, 58, 60, 61, 64, 71, 72, 73, 76, 77, 80, 81, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 154, 159, 162, 163, 166, 171, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 240

E

Educação 9, 12, 4, 7, 9, 10, 13, 17, 18, 26, 28, 34, 36, 41, 47, 50, 54, 57, 58, 69, 82, 84, 93, 101, 102, 103, 105, 112, 123, 125, 135, 136, 148, 150, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 188, 189, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Estado 9, 12, 2, 3, 4, 7, 9, 11, 13, 14, 17, 21, 25, 26, 29, 34, 35, 36, 37, 39, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 68, 69, 73, 74, 77, 82, 84, 89, 90, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 196, 198, 200, 203, 209, 211, 214, 218, 222, 225, 226, 227, 230

F

Formação 12, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 227, 229, 230, 234

G

Gênero 3, 8, 10, 11, 12, 17, 21, 23, 25, 26, 29, 30, 37, 70, 74, 76, 79, 87, 88, 142, 143, 151, 152, 155

Grupo 9, 20, 23, 31, 32, 40, 47, 53, 57, 71, 75, 76, 77, 78, 83, 105, 111, 133, 134, 138, 148, 149, 150, 151, 153, 156, 159, 161, 187, 221, 223, 232, 234, 237, 238, 239

I

Investigação Social 13, 214, 216, 232, 233, 234, 235

L

Lei 5, 12, 34, 40, 43, 56, 57, 58, 62, 80, 81, 87, 90, 95, 98, 99, 102, 103, 107, 112, 118, 119, 123, 128, 137, 145, 155, 157, 161, 162, 163, 165, 176, 177, 180, 181, 182, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 207

M

Mulheres 9, 11, 12, 7, 22, 23, 26, 35, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 240

N

Neoconservadorismo 12, 13, 19, 21, 22, 28, 29, 30

P

Pesquisa 9, 10, 11, 5, 7, 13, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 50, 52, 53, 58, 61, 63, 66, 67, 69, 75, 76, 77, 78, 82, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 101, 104, 105, 110, 115, 117, 120, 122, 129, 130, 131, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 176, 179, 183, 192, 207, 240

Pobreza 35, 36, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 116, 120, 123, 126, 127, 129, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 166, 180, 221

Política 9, 10, 12, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40,

41, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 74, 76, 84, 87, 88, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 181, 184, 187, 189, 190, 192, 195, 197, 203, 205, 207, 222, 224, 225, 226, 228, 230, 240

Políticas Sociais 2, 4, 31, 32, 40, 41, 49, 117, 119, 132, 136, 141, 144, 240

Privado 9, 12, 29, 59, 85, 126, 135, 143, 156, 157, 160, 161, 162, 164, 166, 175, 177, 196, 228

Projeto Ético Político 3, 9, 15

Proteção Social 34, 35, 41, 58, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 118, 131, 132, 142, 143, 144, 148, 153, 156, 157, 159

Público 9, 12, 4, 26, 29, 32, 33, 34, 35, 50, 57, 59, 66, 69, 92, 97, 100, 109, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 124, 126, 135, 137, 147, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 174, 175, 177, 186, 189, 190, 192, 195, 196, 206, 220

R

Religião 19, 20, 21, 23, 25, 26, 29, 30

Rio de Janeiro 8, 26, 30, 41, 49, 50, 56, 62, 63, 64, 74, 75, 87, 88, 96, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 113, 118, 119, 128, 129, 141, 162, 165, 166, 167, 177, 178, 192, 194, 240

S

Saúde 9, 10, 11, 4, 12, 20, 30, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 77, 82, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 120, 122, 125, 126, 127, 135, 136, 141, 144, 148, 150, 151, 163, 182, 186, 188, 198, 240

Serviço Social 2, 9, 10, 11, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 88, 104, 105, 117, 118, 119, 128, 129, 140, 141, 155, 156, 162, 165, 166, 177, 178, 207, 240

Sistema Prisional 9, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Suas 9, 11, 4, 6, 7, 8, 11, 15, 16, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 43, 45, 46, 48, 57, 58, 66, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 87, 88, 90, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169, 172, 173, 175, 186, 187, 188, 189, 197, 199, 200, 201, 206

T

Trabajo Social 12, 220

Trabalho 9, 10, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 60, 61, 64, 66, 67, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 140, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 153, 154, 156, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 176, 177, 178, 180, 183, 192, 194, 195, 196, 199, 200, 204, 205

Transplante 10, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 